

Lei n.º 10/98**de 18 de Fevereiro****Autoriza o Governo a legislar sobre o regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública**

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 161.º, alínea d), e 166.º, n.º 3, da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º**Objecto**

É concedida autorização ao Governo para legislar sobre o regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública.

Artigo 2.º**Sentido**

A presente autorização legislativa visa:

- a) A liberalização do recurso ao concurso de acesso circunscrito ao pessoal que já desempenha funções no serviço, definindo critérios mais amplos, sem comprometer a possibilidade de realização de concursos internos gerais;
- b) A flexibilização dos tipos de concurso e respectivos objectivos;
- c) A simplificação de procedimentos e a supressão das formalidades dispensáveis;
- d) A adopção de normas densificadoras do princípio da colaboração dos interessados, designadamente no que respeita à entrega de documentos, sem comprometer a segurança e a utilidade das operações do concurso;
- e) O cumprimento dos princípios e regras do Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente para conferir maior efectividade aos direitos procedimentais dos interessados;
- f) A clarificação da composição e funcionamento do júri, responsabilizando disciplinarmente os seus membros quando não cumpram, injustificadamente, os prazos fixados ou não procedam com a celeridade adequada à natureza do procedimento de recrutamento e selecção;
- g) O aperfeiçoamento da metodologia de selecção, com relevância para as provas de conhecimentos.

Artigo 3.º**Extensão**

A presente autorização legislativa engloba:

- a) A definição do concurso, e suas modalidades, como forma de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública, incluindo os respectivos princípios gerais;
- b) A determinação da competência para a abertura do concurso, bem como as respectivas condições e prazos de validade;
- c) As regras que regulam a constituição, composição, competências e funcionamento dos júris de concurso;
- d) A definição dos métodos de selecção de candidatos, incluindo as normas sobre as classificações respectivas e ainda as regras sobre o sistema de classificação final;

- e) As regras definidoras da tramitação dos procedimentos de recrutamento e selecção, envolvendo a determinação dos diversos actos a praticar, bem como os respectivos prazos, conteúdos e publicidade;
- f) O estabelecimento de normas materiais sobre requisitos de admissão e apresentação de candidaturas e ainda condições de provimento;
- g) A determinação de regras especiais aplicáveis em matéria de impugnações administrativas.

Artigo 4.º**Duração**

A presente autorização legislativa caduca no prazo de 120 dias.

Aprovada em 22 de Janeiro de 1998.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

Promulgada em 3 de Fevereiro de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 5 de Fevereiro de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Decreto n.º 6/98****de 18 de Fevereiro**

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

É aprovado o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Bulgária sobre Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, assinado em Sófia em 20 de Outubro de 1997, cujas versões em português e búlgaro seguem em anexo ao presente decreto, dele fazendo parte integrante.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Janeiro de 1998. — *Jaime José Matos da Gama* — *Jaime José Matos da Gama* — *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho*.

Assinado em 26 de Janeiro de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 2 de Fevereiro de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA BULGÁRIA SOBRE READMISSÃO
DE PESSOAS EM SITUAÇÃO IRREGULAR**

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Bulgária, de agora em diante designados «Partes Contratantes»:

Tendo em vista o desenvolvimento da cooperação com o objectivo de garantir uma boa aplicação das disposições internacionais sobre circulação de pessoas, nos limites do respeito pelos direitos humanos e garantias previstos na lei;
Procurando prevenir a imigração ilegal e desejosos de facilitar a readmissão de pessoas em situação irregular;
Guiados pelo espírito de reciprocidade;

acordam o seguinte:

CAPÍTULO I

Readmissão de nacionais das Partes Contratantes

Artigo 1.º

1 — Cada uma das Partes Contratantes readmitirá no seu território, a pedido da outra Parte Contratante, e sem mais formalidades do que as previstas no presente Acordo, qualquer pessoa que não satisfaça ou tenha deixado de satisfazer os requisitos de entrada ou de permanência vigentes no território da Parte Contratante requerente sempre que se prove ou se presuma existirem fortes indícios de possuir a nacionalidade da Parte Contratante requerida.

2 — A Parte Contratante requerente readmitirá nas mesmas condições a referida pessoa se, mediante comprovação posterior, se demonstrar que não era cidadão nacional da Parte Contratante requerida no momento de saída do território da Parte Contratante requerente.

3 — As disposições do presente artigo aplicar-se-ão também no caso dos cidadãos nacionais de uma das Partes Contratantes que provem a existência de um pedido de renúncia à nacionalidade e sobre o qual as autoridades competentes não se tenham pronunciado definitivamente.

Artigo 2.º

1 — A nacionalidade da pessoa objecto de um pedido de readmissão considerar-se-á provada, para efeitos do presente Acordo, pela exibição dos seguintes documentos, desde que válidos:

- a) Tratando-se de nacionais portugueses, bilhete de identidade de cidadão nacional ou passaporte para cidadão português;
- b) Tratando-se de nacionais búlgaros, o documento nacional de identidade ou passaporte de cidadão búlgaro para o estrangeiro.

2 — Para efeitos do presente Acordo, considera-se «forte indício de nacionalidade» a exibição dos seguintes documentos:

- a) Os documentos mencionados no número anterior, ainda que caducados;
- b) Outro documento de viagem substitutivo do passaporte;

- c) Quaisquer outros documentos que as Partes considerem relevantes para a determinação da nacionalidade da pessoa objecto de pedido de readmissão.

Artigo 3.º

Quando a Parte Contratante requerente concluir provada ou da existência de fortes indícios que permitam determinar a nacionalidade sobre a base documental mencionada no artigo anterior, desencadeará o processo de readmissão.

CAPÍTULO II

Readmissão de cidadãos de países terceiros

Artigo 4.º

1 — Cada uma das Partes Contratantes readmite no seu território, a pedido da outra Parte Contratante e sem mais formalidades do que as previstas no presente Acordo, qualquer cidadão de país terceiro que tenha transitado ou permanecido no seu território, desde que não preencha as condições de entrada ou de permanência aplicáveis no território da Parte Contratante requerente, designadamente quando exista qualquer impressão de carimbo aposta no documento de viagem ou quaisquer documentos nominativos que permitam concluir ter permanecido anteriormente no território da Parte Contratante requerida.

2 — Cada uma das Partes Contratantes readmite no seu território, a pedido da outra Parte Contratante e sem mais formalidades do que as previstas no presente Acordo, qualquer outra pessoa, que não preencha as condições de entrada ou de permanência aplicáveis no território da Parte Contratante requerente, desde que disponha de um visto, de autorização de residência, independentemente da sua natureza, ou de um passaporte de cidadão estrangeiro, válidos, emitidos pela Parte Contratante requerida.

Artigo 5.º

Não existe obrigação de readmitir:

- a) Nacionais de países terceiros que tenham uma fronteira comum com o território da Parte Contratante requerente;
- b) Nacionais de países terceiros aos quais, após a sua partida da Parte Contratante requerida e a sua entrada no território da Parte Contratante requerente, tenham sido concedidos por esta Parte Contratante um visto ou uma autorização de residência ou que tenham sido autorizados a permanecer no território dessa Parte Contratante;
- c) Nacionais de países terceiros que tenham permanecido irregularmente mais de 180 dias no território da Parte Contratante requerente;
- d) Nacionais de países terceiros em relação aos quais a Parte Contratante requerente aplica um regime de isenção de vistos;
- e) As pessoas às quais a Parte Contratante requerente tiver reconhecido a qualidade de refugiado nos termos da Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados, tal como alterada pelo Protocolo de Nova Iorque de 31 de Janeiro de 1967.

Artigo 6.º

A Parte Contratante requerente readmite no seu território as pessoas que, após verificação posterior à sua readmissão pela Parte Contratante requerida, revelarem não preencher as condições previstas nos artigos anteriores no momento da sua saída do território da Parte Contratante requerente.

CAPÍTULO III

Trânsito para efeitos de afastamento

Artigo 7.º

1 — Cada uma das Partes Contratantes, a pedido da outra e sem mais formalidades, autorizará a entrada e o trânsito, por via aérea, no seu território, dos nacionais de países terceiros que sejam objecto de uma medida de afastamento adoptada pela Parte Contratante requerente.

2 — A Parte Contratante requerente assumirá a inteira responsabilidade da continuação da viagem do estrangeiro até ao seu país de destino, responderá por ele e retomá-lo-á a cargo se, por qualquer motivo, não for possível executar-se a medida de afastamento.

3 — A Parte Contratante requerente garantirá à Parte Contratante requerida que o estrangeiro cujo trânsito autoriza está munido de título de transporte para o país de destino.

4 — A Parte Contratante que tiver adoptado a medida de afastamento deverá comunicar à Parte Contratante requerida, para efeitos de trânsito, se existe necessidade de escolta à pessoa afastada. A Parte Contratante requerida para efeitos de trânsito poderá:

Decidir providenciar ela própria a escolta; ou
Decidir encarregar-se da escolta em colaboração com a Parte Contratante que tenha adoptado a medida de afastamento.

5 — Quando o trânsito se efectuar a bordo de aparelhos que pertencem à companhia aérea da Parte Contratante que tenha adoptado a medida de afastamento e com escolta policial, desta apenas poderá ocupar-se a referida Parte Contratante e sem abandonar a zona internacional dos aeroportos da Parte Contratante requerida para efeitos de trânsito.

6 — Quando o trânsito se efectuar a bordo de aparelhos que pertençam a uma companhia aérea da Parte requerida, para efeitos de trânsito e escolta policial, esta Parte Contratante encarregar-se-á da referida escolta, mas a Parte Contratante que tiver adoptado a medida de afastamento deverá reembolsar a outra das despesas correspondentes.

Artigo 8.º

O trânsito para efeitos de afastamento poderá ser recusado:

- a) Sempre que o cidadão estrangeiro represente uma ameaça para a ordem pública, segurança nacional ou relações de cada Parte Contratante com outros países;
- b) Sempre que a pessoa a afastar corra perigo no país de destino ou de trânsito posterior, em virtude da sua raça, religião ou convicções políticas.

CAPÍTULO IV

Disposições gerais

Artigo 9.º

1 — No pedido de readmissão, acompanhado de documentação comprovativa, a ser apresentado às autoridades competentes designadas pelas Partes Contratantes, deverá constar o seguinte:

- a) Dados sobre a pessoa a readmitir (nome, filiação, data de nascimento, última profissão, última morada no território das Partes Contratantes e outras informações que possam contribuir para a sua identificação);
- b) Descrição da documentação que prove ou apresente fortes indícios de prova de nacionalidade da pessoa a readmitir e indicação dos factos que constituem violação de requisitos de entrada ou permanência no território da Parte Contratante requerente;
- c) Duas fotografias (formato de passaporte).

2 — O pedido de trânsito para efeitos de afastamento será comunicado às autoridades competentes designadas pelas Partes Contratantes. Deverá conter as indicações relativas à identidade e nacionalidade do estrangeiro, data de viagem, hora e lugar de chegada ao país de trânsito e a hora e lugar da partida deste, para o país de destino, assim como, caso necessário, os elementos úteis sobre os funcionários que escoltem o estrangeiro.

Artigo 10.º

1 — A resposta ao pedido de readmissão deve ser dada por escrito, num prazo máximo de oito dias a contar da data da recepção do pedido.

2 — A não aceitação do pedido de readmissão pela Parte Contratante requerida deverá ser sempre fundamentada.

3 — Qualquer pedido de informação complementar suscitado pelo pedido de readmissão, assim como a correspondente resposta, deve ter lugar no mesmo prazo.

4 — Não havendo dúvidas sobre os motivos de readmissão nem sobre a nacionalidade da pessoa a readmitir, as Partes acordarão entre si a forma mais célere de execução da readmissão, providenciando a Parte Contratante requerida à pessoa a readmitir a documentação consular necessária para a viagem de regresso.

5 — Na ausência de documentação comprovativa de nacionalidade ou de documentação conclusiva de forte indício de prova de nacionalidade, será lavrado um auto de declarações assinado pela Parte requerente e pela pessoa a readmitir donde constem os motivos da ausência de documentação e do pedido de readmissão, valendo o auto de declarações como base documental para o pedido de readmissão.

6 — A Parte Contratante requerente deve executar a readmissão no prazo máximo de um mês a contar da data de recepção do consentimento da Parte Contratante. Este prazo poderá ser alargado por mútuo consentimento.

Artigo 11.º

1 — Caso o pedido de readmissão seja aceite, a Parte Contratante requerente comunicará, com a antecedência possível:

- a) O plano de afastamento (meio de transporte, data e hora de partida e chegada, passagem nos postos de fronteira para circulação internacional de passageiros);
- b) Indicações sobre necessidade de escolta policial ou acompanhamento médico e respectivas identificações.

2 — Aos elementos da escolta serão concedidas pelas autoridades da Parte Contratante requerida facilidades de entrada no respectivo território.

Artigo 12.º

Em caso de aceitação de qualquer dos pedidos previstos nos capítulos anteriores, a Parte Contratante requerente assumirá todos os encargos referentes à pessoa objecto do pedido, incluindo as despesas de escolta, bem como os custos de um eventual regresso.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 13.º

1 — Ambas as Partes Contratantes procederão a consultas recíprocas, quando necessário, para a boa aplicação das disposições do presente Acordo.

2 — O pedido de consultas deverá ser feito através dos canais diplomáticos.

Artigo 14.º

As Partes Contratantes comunicarão por via diplomática e antes da entrada em vigor deste Acordo:

Os aeroportos que podem ser utilizados para a readmissão e a passagem em trânsito de estrangeiros;

As autoridades centrais ou locais competentes para a tramitação do pedido de readmissão.

Artigo 15.º

1 — As disposições do presente Acordo não prejudicam as obrigações de readmissão ou de trânsito de estrangeiros impostas às Partes Contratantes por outros acordos internacionais.

2 — As disposições do presente Acordo não prejudicam a aplicação do disposto na Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados, no texto modificado pelo Protocolo de Nova Iorque de 31 de Janeiro de 1967.

3 — As disposições do presente Acordo não prejudicam a aplicação das disposições dos Acordos celebrados pelas Partes no âmbito da protecção dos direitos humanos.

Artigo 16.º

1 — O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação por escrito por via diplomática em que uma das Partes Contratantes informa a outra da perfeição das formalidades exigidas pela ordem jurídico-constitucional interna.

2 — Quaisquer alterações ao presente Acordo deverão ser introduzidas por mútuo consentimento entre as Partes Contratantes e pela forma seguida no Acordo principal.

3 — Cada uma das Partes Contratantes poderá suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo, no todo ou em parte, por razões de segurança nacional, ordem e saúde públicas ou relações internacionais, devendo tal suspensão ser comunicada de imediato à outra Parte Contratante, por via diplomática.

4 — O presente Acordo é concluído por tempo indeterminado permanecendo em vigor até 90 dias após a data na qual uma das Partes Contratantes tenha notificado a outra, por escrito e por via diplomática, da sua intenção de proceder à denúncia deste Acordo.

Em fé de que os plenipotenciários abaixo assinados apõem as suas assinaturas no final do presente Acordo.

Feito em Sófia em 20 de Outubro de 1997, em dois exemplares, em português e búlgaro, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa:

Francisco Seixas da Costa, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Pelo Governo da República da Bulgária:

Nadezhda Mihailova, Ministra dos Negócios Estrangeiros.

СПОГОДБА

между

Правителството на Португалската република

и

Правителството на Република България

за

обратно приемане на незаконно пребиваващи лица

Правителството на Португалската република и Правителството на Република България, наричани по-нататък “Договарящи страни”, имайки за цел развитието на сътрудничеството и гарантиране на ефективното прилагане на международните разпоредби за движението на граждани, при спазване на човешките права и предвидените от закона гаранции;

в стремежа си да предотвратят незаконната имиграция и в желанието си да улеснят обратното приемане на незаконно пребиваващи лица;

ръководени от идеята за взаимност;

се споразумяха за следното:

ГЛАВА I

Обратно приемане на граждани на Договарящите страни

Член I

1. Всяка Договаряща страна приема обратно на своя територия, по молба на другата Договаряща страна и без излишни формалности, освен предвидените по тази Спогодба, всяко лице, което не отговаря или вече не отговаря на изискванията за влизане или пребиваване на територията на молещата Договаряща страна, когато е доказано или съществуват достатъчно основания да се предполага, че е гражданин на замолената Договаряща страна.

2. Молещата Договаряща страна приема отново при същите условия посоченото лице, ако в резултат на последващи проверки се установи, че към момента на напускане на територията на молещата Договаряща страна не е бил гражданин на замолената Договаряща страна.

3. Разпоредбите на настоящия член се прилагат и в случай, когато граждани на една от Договарящите страни докаже съществуването на молба за отказ от гражданство, по която компетентните органи не са се произнесли окончателно.

Член 2

1. Гражданството на лице, за което се иска обратно приемане, се приема за доказано, по смисъла на тази Спогодба, чрез представянето на следните валидни документи:

а/ за португалски граждани - карта за самоличност на португалски граждани или паспорт на португалски граждани за пътуване зад граница;

б/ за български граждани - национален документ за самоличност или български задграничен паспорт.

2. За целите на настоящата Спогодба, гражданството се приема за достатъчно обосновано при предявяването на следните документи:

а/ документите, посочени в алинея 1, с изтекъл срок на валидност;

б/ друг документ за пътуване, заместващ паспорта;

в/ други документи, които Страните сметат, че допринасят за установяване на гражданството на лицето, за което се отнася молбата за обратно приемане.

Член 3

След като молещата Договаряща страна, на основата на документите, упоменати в предходния член, приеме, че гражданството е доказано или че съществуват обосновани предположения, които позволяват да се определи гражданството, започва процесът на обратно приемане.

ГЛАВА II

Обратно приемане на граждани на трети държави

Член 4

1. Всяка Договаряща страна приема обратно на своя територия, по молба на другата Договаряща страна и без излишни формалности, освен предвидените по настоящата Спогодба, всеки гражданин на трета държава, преминал транзитно или пребивавал на нейна територия, ако същият не отговаря на действащите на територията на молещата Договаряща страна условия за влизане или пребиваване, а именно, когато съществуват щемпел, положен на документа за пътуване или документи, издадени на негово име, които позволяват да се заключи, че е пребивавал преди това на територията на замолената Договаряща страна.

2. Всяка Договаряща страна приема обратно на своя територия, по молба на другата Договаряща страна и без излишни формалности, освен предвидените по настоящата Спогодба, всеки гражданин на трета държава, който не отговаря на действащите на територията на молещата Договаряща страна условия за влизане или пребиваване, ако същият притежава валидни виза, каквото и да е разрешително за пребиваване или документ за пътуване на чужд гражданин, издадени от замолената Договаряща страна.

Член 5

Не съществува задължение за обратно приемане на:

а/ граждани на трети държави, които имат обща граница с територията на молещата Договаряща страна;

б/ граждани на трети държави, на които, след заминаването им от територията на замолената Договаряща страна и влизането им на територията на молещата Договаряща страна са издадени от тази Договаряща страна виза, разрешително за пребиваване или им е било разрешено да пребивават на територията на тази Договаряща страна;

в/ граждани на трети държави, които са пребивавали незаконно повече от 180 дни на територията на молещата Договаряща страна;

г/ граждани на трети държави, спрямо които молещата Договаряща страна прилага безвизов режим;

д/ лица, на които молещата Договаряща страна е признала статут на бежанец по смисъла на Женевската конвенция от 28.07.1951 г. относно статута на бежанците и нейните изменения с Протокола от Ню Йорк от 31.01.1967 год.

Член 6

Молещата Договаряща страна приема обратно на своя територия лицата, за които при проверка, извършена след тяхното обратно приемане от замолената Договаряща страна, се установи, че не са отговаряли на условията, предвидени в предходните членове към момента на тяхното напускане на територията на молещата Договаряща страна.

ГЛАВА III

Транзитно преминаване с цел извеждане

Член 7

1. Всяка Договаряща страна разрешава, по молба на другата Договаряща страна и без излишни формалности, влизането и транзитното преминаване по въздушен път на своя територия на граждани на трети държави, които са обект на мярката извеждане, предприета от молещата Договаряща страна.

2. Молещата Договаряща страна поема пълната отговорност за продължаване на пътуването на чуждия гражданин до държавата - крайна цел на пътуването и отговора за него, в случай че, по някаква причина, е невъзможно да се осъществи мярката извеждане.

3. Молещата Договаряща страна гарантира на замолената Договаряща страна, че чуждият гражданин, чието транзитно преминаване се разрешава, е транспортно обезпечен до крайната приемаща държава.

4. Във връзка с транзитното преминаване, Договарящата страна, която е приела мярката извеждане, трябва да събщи на замолената Договаряща страна, дали съществува необходимост от конвой на извежданото лице. За целите на транзитното преминаване, замолената Договаряща страна може:

- да реши да предостави свой конвой;

- или да реши да поеме конвоя съвместно с Договарящата страна, която е приела мярката извеждане.

5. В случай, че транзитното преминаване се извършва на борда на въздухоплавателни средства, собственост на авиокомпания на Договарящата страна, предприела мярката извеждане, и с полицейски конвой, последният се осъществява единствено от същата Договаряща страна и без напускане на международната зона за транзитно преминаване на летищата на замолената Договаряща страна.

6. В случай, че транзитното преминаване се извършва на борда на въздухоплавателни средства, собственост на авиокомпания на замолената Договаряща страна, полицейският конвой се осигурява от нея, като Договарящата страна, предприела мярката извеждане, ѝ възстановява съответните разходи.

Член 8

Транзитното преминаване с цел извеждане може да бъде отказано:

а/ ако чуждият гражданин представлява заплаха за обществения ред, националната сигурност или отношенията на всяка Договаряща страна с други държави.

б/ ако в крайната приемаща държава или държавата на последващо транзитно преминаване извежданото лице е изложено на опасност поради расовата си принадлежност, религия или политически убеждения.

ГЛАВА IV

Общи разпоредби

Член 9

1. Молбата за обратно приемане, придружена от доказващите документи, трябва да бъде представена на компетентните власти, посочени от Договарящите страни, и да съдържа:

а/ данни за лицето, подлежащо на обратно приемане /име, родители, дата на раждане, последна професия, последен адрес на територията на Договарящите страни и друга информация, която способства за установяване на неговата самоличност/;

б/ описание на документите, които доказват или обосновават предположението за гражданство на лицето, подлежащо на обратно приемане и посочване на фактите, които съставляват нарушение на изискванията за влизане или пребиваване на територията на молещата Договаряща страна;

в/ две снимки /паспортен формат/.

2. Молбата за транзитно преминаване с цел извеждане се съобщава на компетентните власти, посочени от Договарящите страни. Тя трябва да съдържа указания относно самоличността и гражданството на чуждестранното лице, датата на пътуване, часа и мястото на пристигане в държавата на транзитно преминаване, часа и мястото на заминаване от същата за крайната приемаща държава и, в случай на необходимост, данни за длъжностните лица, които конвоират чуждия гражданин.

Член 10

1. Отговорът на молбата за обратно приемане се изпраща в писмен вид в срок до осем дни, считани от датата на получаване на молбата.

2. Отказът на молбата за обратно приемане от замолената Договаряща страна трябва да бъде обоснован.

3. В случай, че е възникнала необходимост от допълнителна информация по молбата за обратно приемане, то съответната молба, както и нейният отговор се изпращат в същия срок.

4. В случай, че не съществуват съмнения относно мотивите за обратно приемане или гражданството на лицето, подлежащо на обратно приемане, Договарящите страни се споразумяват за най-бързия начин за осъществяване на обратното приемане, като замолената Договаряща страна издава на съответното лице необходимите за завръщането му консулски документи.

5. При липсата на доказателствени документи за гражданство или на документи, доказващи наличието на обосновано предположение за гражданство, се изготвя декларативен протокол, подписан от молещата Договаряща страна и лицето, за което се отнася молбата за обратно приемане, в който се описват причините за липса на документация и основанията за отправяне на молба за обратно приемане, като декларативният протокол е документното основание на молбата за обратно приемане.

6. Молещата Договаряща страна трябва да осъществи обратното приемане в срок до един месец, считано от датата на получаване на съгласието на замолената Договаряща страна. Този срок може да бъде продължаван по взаимно съгласие.

Член 11

1. В случай, че молбата за обратно приемане е приета, молещата Договаряща страна съобщава предварително и по най-бързия възможен начин:

а/ плана за извеждане /вид транспорт, дата и час на заминаване и пристигане, преминаване на граничните контролно-пропускателни пунктове/;

б/ указания за необходимост от полицейски конвой или медицинско наблюдение и съответните лични данни на служителите.

2. На членовете на конвоя ще бъдат предоставени от властите на замолената държава облекчения за влизане на нейна територия.

Член 12

В случай на приемане на някоя от молбите, предвидени в предходните глави, молещата Договаряща страна поема всички разходи, отнасящи се до лицето обект на молбата за обратно приемане, включително разходите по конвоирането и тези по евентуалното му връщане.

ГЛАВА V

Заклучителни разпоредби

Член 13

1. Двете Договарящи страни провеждат взаимни консултации, в случай на необходимост, за правилното прилагане на разпоредбите на настоящата Спогодба.

2. Молбата за консултации се изпраща по дипломатически канали.

Член 14

Договарящите страни се уведомяват по дипломатически път и преди влизането в сила на тази Спогодба за:

- летищата, които могат да бъдат използвани за обратно приемане и транзитно преминаване на чуждестранни граждани;

- централните и местни власти, компетентни за придвижването на молбата за обратно приемане.

Член 15

1. Разпоредбите на настоящата Спогодба не засягат задълженията за обратно приемане или транзитно преминаване на чуждестранни граждани, произтичащи за Договарящите страни от други международни договорености.

2. Разпоредбите на настоящата Спогодба не ограничават прилагането на разпоредбите на Женевската конвенция от 28.07.1951 год. за статута на бежанците, и нейните изменения, съгласно Протокола от Ню Йорк от 31.01.1967 год.

3. Разпоредбите на настоящата Спогодба не ограничават прилагането на разпоредбите на подписаните от Договарящите страни споразумения за защита на правата на човека.

Член 16

1. Настоящата Спогодба влиза в сила от датата на последното писмено известяване по дипломатически път, с което едната Договаряща страна информира другата за приключването на формалностите, наложени от вътрешните конституционни и законови норми.

2. Всяка промяна по настоящата Спогодба се извършва по взаимно съгласие между двете Договарящи страни и във формата на настоящата Спогодба.

3. Всяка Договаряща страна може временно да спре прилагането на настоящата Спогодба, напълно или частично, по причини, свързани с националната сигурност, обществения ред и здраве или с международните отношения, като за спирането уведомява незабавно другата Договаряща страна по дипломатически път.

4. Настоящата Спогодба се сключва за неопределен срок и остава в сила до 90 дни след датата, на която едната Договаряща страна с уведомила другата в писмен вид и по дипломатически път за намерението си да прекрати действието на Спогодбата.

За горното, упълномощените лица подписват по-долу настоящата Спогодба.

Изготвено в София на 20.10. хиляда деветстотин деветдесет и седма година, в два екземпляра, на български и на португалски език, като и двата текста имат еднаква сила.

За Правителството
на Португалската република



Франсиско Сейшас да Коста
Държавен секретар по европейските въпроси

За Правителството
на Република България



Надежда Михайлова
Министър на външните работи

Decreto n.º 7/98 de 18 de Fevereiro

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

É aprovado o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Bulgária sobre

Supressão de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos, assinado em Sófia em 20 de Outubro de 1997, cujas versões em português e búlgaro seguem em anexo ao presente decreto, dele fazendo parte integrante.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Janeiro de 1998. — *Jaime José Matos da Gama — Jaime José Matos da Gama — Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.*

Assinado em 26 de Janeiro de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 2 de Fevereiro de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA BULGÁRIA SOBRE SUPRESSÃO DE VISTOS PARA TITULARES DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS.

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Bulgária, adiante designados «Partes Contratantes»:

Desejando promover o desenvolvimento de relações amistosas e de cooperação entre as duas Partes Contratantes; e

A fim de facilitar a circulação dos seus cidadãos nacionais titulares de passaporte diplomático;

acordam nos termos seguintes:

Artigo 1.º

1 — Os cidadãos nacionais portugueses titulares de passaporte diplomático português válido podem entrar e permanecer no território da República da Bulgária sem necessidade de visto por um período não superior a 90 dias por semestre.

2 — Os cidadãos nacionais búlgaros titulares de passaporte diplomático búlgaro válido podem entrar e permanecer no território da República Portuguesa sem necessidade de visto por um período não superior a 90 dias por semestre.

3 — Quando os cidadãos nacionais da República da Bulgária entrem no território de um ou vários Estados Partes na Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, datado de 19 de Junho de 1990, a estada de 90 dias começa a contar a partir da data de passagem da fronteira externa que delimita o espaço de livre circulação constituído por estes Estados.

4 — Por «passaporte válido» entende-se, para efeitos do presente Acordo, o passaporte que, no momento da entrada do seu titular no território das Partes Contratantes, tem ainda, pelo menos, mais três meses de duração.

Artigo 2.º

1 — Os cidadãos nacionais portugueses titulares de passaporte diplomático português válido nomeados para